

Medindo o Desempenho da Gestão II: Índice Municipal existente, Eficiência e Eficácia

No exemplo citado no número anterior, para identificar e comparar o impacto das ações do governo municipal sobre a qualidade de vida, os pesquisadores desenvolveram um novo índice, levando em consideração apenas as atribuições claramente definidas como de responsabilidade do município: coleta de lixo (na área de saneamento ambiental) e, no setor de educação, a cobertura oferecida pela rede própria no ensino pré-escolar. Foi incluído, também, o índice de mortalidade infantil que, apesar de não ser determinado apenas por ações municipais, tem sua redução baseada em políticas realizadas ou articuladas pelos governos locais (saúde, abastecimento, saneamento, educação, combate à desnutrição, etc). A ponderação dos três indicadores constituiu o *Índice de Gestão Municipal*, que fornece um "retrato" da atuação do governo municipal na qualidade de vida. Se o Índice de Gestão Municipal é menor que o Índice Social Municipal daquele Município, isto significa que as ações da prefeitura estão contribuindo pouco para o nível de qualidade de vida, no que diz respeito aos três indicadores considerados.

Vários outros indicadores poderiam ser incluídos, mas isto esbarcaria na dificuldade de obter informações para todos os municípios, principalmente porque nem todos assumem as mesmas tarefas. Não há obstáculos para este índice ter seu poder de descrição da realidade aumentado, acrescentando-se outros indicadores em sua composição (cobertura de coleta de esgotos ou oferta de vagas no ensino de 1º grau, por exemplo), desde que haja informações disponíveis. De qualquer forma, os três indicadores referem-se a responsabilidades claramente definidas como sendo de competência do município e nenhum índice semelhante desprezaria estas informações.

O *Índice de Gestão Municipal* foi comparado, pelos pesquisadores, com o Índice Social Municipal (um indicador geral da qualidade de vida). O resultado dessa comparação é o *Índice de Eficácia Municipal*, que reflete o quanto as ações sob responsabilidade municipal interferem no nível de qualidade de vida do município. Um índice de Eficácia Municipal elevado significa que as ações do governo municipal influem positivamente na qualidade de vida. Trata-se, portanto, de um indicador que mede a eficácia do governo: quanto ele consegue atingir seu objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

A pesquisa referida construiu também, o *Índice de Eficiência Municipal*, para retratar a eficiência no uso dos recursos disponíveis, tendo como pano de fundo a promoção da melhoria da qualidade de vida.

Comparando-se o *Índice de Gestão Municipal* com o *Índice de Receita Municipal* (que mede a posição relativa no ranking de municípios em termos de receita municipal total *per capita*), obtém-se um indicador de quanto o município consegue fazer com os recursos que arrecada. Ou seja, pode-se saber, comparativamente, se o município usa os recursos mais ou menos eficientemente que a média dos governos estudados. Em outras palavras, o índice permite comparar o "custo" da melhoria de qualidade de vida entre vários municípios. Quanto maior for a relação entre o *Índice de Gestão* e o *Índice de Receita Municipal*, maior é a capacidade do governo municipal de promover a qualidade de vida, com um mesmo volume de recursos.

Este indicador permite conhecer o nível de alavancagem operacional do governo municipal. Ou seja, quanto um aumento dos recursos disponíveis pode significar em termos de evolução da qualidade de vida dos cidadãos.

Deve-se levar em conta, no entanto, que a elevação dos índices de qualidade de vida (Índice Social Municipal e Índice de Gestão Municipal) tende a ser mais custosa em municípios que os apresentem em um patamar elevado. Esses municípios, portanto, tendem a possuir uma menor alavancagem operacional, uma vez que grande parte dos problemas mais fáceis, já foi resolvida.